



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES
SETOR DE LICITAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY EM REDE DE ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS E CREDENCIADOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS, BEM COMO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA MECÂNICA EM GERAL.

IMPUGNANTE: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO:

Relativamente ao ponto central da impugnação, temos a informar que o art. 31 da Lei 8.666/93 assim preceitua:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

O rol de documentos de qualificação econômico-financeira, que integra o art. acima, é taxativo, devendo a Administração elencar aqueles, que julgar necessários para a licitação em concreto – mas somente dentre aqueles estabelecidos no artigo, por tratar-se de um rol máximo – não poderão ser solicitados outros (Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira **limitar-se-á**: – grifo nosso).

Ao determinar que a documentação limita-se à apresentação de: balanço patrimonial e demonstrações contábeis, certidão negativa e garantia, o legislador concedeu a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES
SETOR DE LICITAÇÃO

Administração a faculdade de exigir todos esses documentos ou apenas um ou outro, de acordo com discricionariedade do ato.

Nesse sentido, é imperioso elucidar o entendimento adotado em jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo sobre o tema, como se verifica:

LICITAÇÃO. O administrador, ao confeccionar o edital, tem discricionariedade para eleger os requisitos de qualificação econômico-financeira, dentre aqueles previstos no artigo 31 da lei 8.666/93, uma vez que os critérios previstos constituem um rol máximo, e não mínimo, de possíveis exigências.

Cuida-se de representação, em face do edital de Concorrência Pública n. 004/2018, da Prefeitura Municipal de Jaguaré, que considerou irregular a insuficiência na comprovação da regularidade econômica da licitante interessada. Em representação formulada em face da Concorrência Pública nº 004/2018 da Prefeitura Municipal de Jaguaré foi relatada possível irregularidade consistente na insuficiência de exigências de habilitação relacionadas à regularidade econômica dos licitantes. Sobre o tema, a área técnica salientou que “a Lei de Licitações, ao utilizar a expressão ‘limitar-se-á’, em seu art. 31, estabeleceu um rol máximo de requisitos de qualificação econômico-financeira, que podem ser exigidos dos licitantes como critério de habilitação nos procedimentos licitatórios”. Acrescentou que, deste entendimento, decorrem duas conclusões “a) o edital de licitação não pode exigir a comprovação de nenhum requisito que não esteja expressamente previsto em lei, por se tratar de norma restritiva de direitos; b) não é necessário que o edital de licitação exija a comprovação de todos os requisitos de qualificação econômico-financeira previstos na lei, uma vez que o rol de requisitos legais não constitui um rol mínimo, mas sim um rol máximo”. Completou que, “dessa forma, o administrador, ao confeccionar o edital, tem discricionariedade para eleger os requisitos de qualificação econômico-financeira, dentre aqueles previstos em lei, que entenda ser pertinente exigir a comprovação em cada licitação”. O relator, acompanhou o entendimento técnico e afastou a irregularidade. A Primeira Câmara deliberou, à unanimidade, nos termos do voto do relator. Acórdão TC 1462/2019 – Primeira Câmara, Processo 7069/2018, relator conselheiro Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha, publicado em 16/12/2019.

Portanto, de acordo com o poder discricionário da Administração, ela poderá indicar os documentos que julgar pertinentes para a verificação da qualificação econômico-financeira, em conformidade com o objeto, tendo como limite o rol do art. 31.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES
SETOR DE LICITAÇÃO

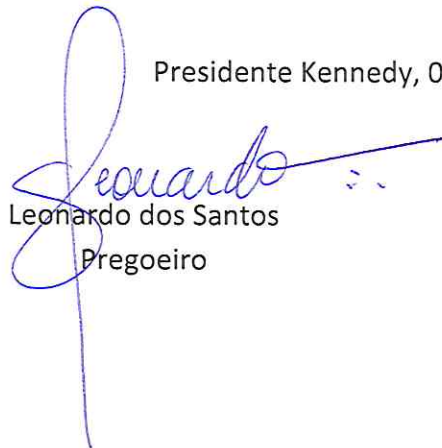
Sendo assim, não há uma obrigatoriedade da solicitação do balanço, notadamente se a verificação ocorrerá por meio de outros documentos.

Deste modo, a falta de exigência de balanço patrimonial não enseja nulidade do Edital em apreço, traduzindo-se em mera faculdade da Administração Pública; enquanto que a exigência de outros documentos além daqueles previstos no artigo 31 da referida Lei ultrapassaria a determinação legal, gerando nulidade do instrumento convocatório.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, entendemos pela IMPROCEDÊNCIA da presente impugnação, de maneira a manter íntegras as disposições do Edital 001-20 e seus anexos.

Presidente Kennedy, 05 de março de 2020.



Leonardo dos Santos
Pregoeiro